

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.490.962 - RS (2014/0173655-4)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADOS : WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO - RS069412A
MÔNICA GÓES DE ANDRADE MENDES DE ALMEIDA - RS069411
VALDEMIR ESCOBAR - RS079636
TIAGNER PEREIRA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RS084328
RECORRENTE : JUREMA DO ROSÁRIO TEIXEIRA
RECORRENTE : JOÃO DANILO SANAGIOTTO
RECORRENTE : OMAR JAIR PETRY
RECORRENTE : RITA CRISTINA SCHONHORST
RECORRENTE : LUCINDO AMELIO GIACOMELLO
ADVOGADO : RODRIGO TONIAL E OUTRO(S) - RS063379
RECORRIDO : OS MESMOS

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. JUREMA E OUTROS. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. OMISSÕES. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. CONFIGURAÇÃO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Da leitura da minuta de agravo de instrumento, extrai-se que JUREMA DO ROSÁRIO TEIXEIRA E OUTROS (JUREMA E OUTROS) propuseram execução contra a BRASIL TELECOM S.A. (TELECOM), ora em fase de cumprimento de sentença.

O Juízo de primeira instância julgou parcialmente procedente a impugnação ao cumprimento de sentença apresentado pela TELECOM.

Irresignada, a TELECOM interpõe agravo de instrumento que foi parcialmente provida por decisão monocrática do relator para afastar a incidência dos juros sobre capital próprio e determinar que se proceda à conversão das ações pela cotação da data do efetivo pagamento (e-STJ, fls. 421/428).

O TJRS negou provimento ao agravo interno interposto por JUREMA E OUTROS estando o acórdão assim ementado:

AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.

Superior Tribunal de Justiça

BRASIL TELECOM. TÍTULO EXIGÍVEL.

O valor utilizado pela impugnada para o cálculo da retribuição acionária é o valor patrimonial na data da integralização, sob pena de ofensa à coisa julgada material.

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO. Ausente determinação no comando da decisão que se pretende cumprir.

AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. UNANIME (e-STJ, fl. 469).

O Tribunal Gaúcho também negou provimento ao agravo interno de TELECOM com a seguinte ementa:

AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.

BRASIL TELECOM. TÍTULO EXIGÍVEL.

O valor utilizado pela impugnada para o cálculo da retribuição acionária é o valor patrimonial na data da integralização, sob pena de ofensa à coisa julgada material.

COTAÇÃO DAS AÇÕES. Data do efetivo pagamento.

CÔMPUTO DOS DIVIDENDOS. Matéria que não é objeto da decisão agravada.

JUROS DE MORA. Devidos. Conforme decisão que se pretende cumprir.

MULTA DO ART. 475-J, CAPUT, DO CPC. APLICÁVEL NA ESPÉCIE.

Segundo a lei processual civil, notadamente do art. 475-J, quando o devedor condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetuar no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento e, a requerimento do credor e observado o disposto no art. 614, inciso II, desta lei, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação.

Desnecessária a intimação pessoal da parte para o cumprimento da sentença.

AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. UNÂNIME (e-STJ, fl. 478).

Os embargos de declaração opostos pela TELECOM e por JUREMA E OUTROS foram rejeitados (e-STJ, fls. 512/517 e 735/739).

Irresignados, JUREMA E OUTROS interpuseram recurso especial, fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, alegando, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos arts. 183, 301, § 3º, 467, 468, 471, 473, 474, 475-G e 535, I e II, do CPC/73, sustentando (1) negativa de prestação jurisdicional, haja vista a omissão no aresto embargado no que tange aos dispositivos legais relativos aos institutos da coisa julgada e da preclusão relativa à juntada extemporânea de documentos – arts. 183, 301, § 3º, 467, 468, 471, 473, 474, 475-G, do CPC/73; e, (2) ofensa à coisa julgada e preclusão, diante

Superior Tribunal de Justiça

do equívoco em relação ao valor utilizado nos cálculos (e-STJ, fls. 746/774).

Por sua vez, TELECOM interpôs recurso especial adesivo, fundado no art. 105, III, a, da CF, aduzindo violação dos arts. 475-J, 475-L, V, e 743, I, do CPC/73; 884 do CC/02; e, 170, § 1º, da Lei nº 6.404/76, sob os argumentos de que (1) o valor patrimonial da data da integralização deve ser aquele apurado no mês da integralização, devendo ser estendido aos casos de dobra acionária; (2) a multa é inexigível; e, (3) excesso de execução (e-STJ, fls. 798/821).

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 830/873).

Em juízo de admissibilidade os apelos nobres não foram admitidos (e-STJ, fls. 881/885), ascendendo os autos a esta Corte por via de agravos, que foram conhecidos para determinar a sua reautuação como recursos especiais (e-STJ, fl. 984).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso de JUREMA E OUTROS comporta provimento.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

O Tribunal de origem, ao analisar os embargos de declaração, deixou de se manifestar acerca da aplicação dos dispositivos legais relativos aos institutos da coisa julgada e da preclusão relativa à juntada extemporânea de documentos – arts. 183, 301, § 3º, 467, 468, 471, 473, 474, 475-G, do CPC/73.

É condição *sine qua non* ao conhecimento do especial que as questões de direito ventiladas nas razões de recurso tenham sido analisadas pelo acórdão objurgado. Assim, recusando-se o TJRS a se manifestar sobre as questões federais terminou por negar prestação jurisdicional aos Recorrentes.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE NÃO SE MANIFESTOU SOBRE PONTO RELEVANTE PARA O DESATE DA CONTROVÉRSIA. OFENSA AO ART. 535 CONFIGURADA.

Superior Tribunal de Justiça

TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. REGULARIDADE.

1. Muito embora o acórdão recorrido tenha afastado uma a uma as preliminares arguidas pela recorrente, silenciou quanto a ponto fundamental ao desate da controvérsia no mérito, qual seja, a ocorrência de mora do devedor, apesar de instado a fazê-lo em sede de embargos de declaração, o que caracteriza violação ao art. 535, II, do CPC.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1187807/AM, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado em 21/6/2012, DJe 28/6/2012)

É medida de rigor, portanto, o retorno dos autos à instância ordinária para que sane o referido vício.

Ante o exposto, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial de JUREMA E OUTROS, determinando o retorno dos autos ao Tribunal estadual para que analise questões trazidas nos embargos de declaração, como entender de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 07 de outubro de 2019.

Ministro **MOURA RIBEIRO**

Relator